----------ATA----------

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de dez de dezembro dois mil e vinte e um. ----------

-----Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e um; ----------

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------

-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------

-----4.- Assuntos propostos pela Assembleia Municipal: ----------

-----4.1. - Deliberar e aprovar a renovação da inscrição na ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), de acordo e em conformidade com a alínea d) do ofício emitido pela mesma Associação, mediante o pagamento da quota de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros); ----------

-----4.2. – Aprovação do Regimento que vinha vigorando e propõe-se que vigore para o quadriénio 2021/2025; ----------

-----4.3. – Ratificação da decisão da eleição, entre os Presidentes de Junta, do representante ao XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, que irá decorrer em 11 e 12 de dezembro de 2021. Foi indicada a Presidente da Junta de Freguesia de Cabanelas – a Sra. Anabela dos Santos Rei, e, suplente, o Sr. José Manuel Pinheiro Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Moure; ----------

-----4.4. – Eleição de quatro elementos efetivos e quatro suplentes, detentores, por eleição direta, do cargo de membros da Assembleia Municipal, com a finalidade de integrar a Assembleia Municipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado – CIM para o mandato 2021/2025; ----------

-----4.5. – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias que representará, no Conselho Municipal de Educação, as freguesias do concelho de Vila Verde; ----------

-----5. Assuntos propostos pela Câmara Municipal: ----------

-----5.1. – Discussão e votação da proposta do Orçamento e GOP`S para o ano 2022/2026, e demais documentos que a integram, para efeitos do disposto nas alíneas a), m) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; ----------

-----5.2. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere à aprovação das minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Vila Verde e as Uniões de Freguesias do Vade e de Valbom S. Pedro, Paçô e Valbom S. Martinho, para gestão das Lojas do Munícipe, instaladas nas respetivas freguesias, com início a partir do dia 03 de janeiro de 2022; ----

-----5.3. – Deliberar sobre a fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a praticar no ano de 2022; ----------

-----5.4. – Discutir e votar proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2022; ----------

-----5.5. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama para o ano de 2022; ----------
-----5.6. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 12 de julho de 2016, entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e o Município de Vila Verde, relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal do Cávado das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes; ----------
-----5.7. - Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal relativa ao procedimento por consulta prévia de nomeação da prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas (ROC), à empresa "António Fernandes, Marta Martins & Associados, Lda.", nos termos dos artigos 76.º, n.º 3, e 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; ----------
-----5.8. – a) Eleição de cinco novos membros (Presidentes de Junta) que integrarão a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) até à sua extinção que ocorrerá em 31 de dezembro P.F.; ----------
—---b) Eleição de dois representantes das freguesias para integrar A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR), conforme o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro; ----------
-----5.9. – Facultar ao Plenário, para conhecimento e apreciação, a informação económica e financeira referente ao 1.º semestre do ano 2021, prestados pelo Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; ----------
-----Ponto 6. - Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------
-----Ponto 7. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; ----------
-----Ponto 8. - Período de intervenção aberto ao público. ----------
-----Estiveram presentes na reunião sessenta e seis membros. ----------
-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------
-----O Presidente da Junta de Freguesia de Turiz, Vítor Manuel Cardoso Ramos, foi empossado como membro desta Assembleia Municipal nesta sessão ordinária, uma vez devidamente justificada a sua ausência ao ato de instalação deste órgão. Face ao pedido de ausência por um período inferior a trinta dias, formulado pelas cidadãs eleitas Maria da Conceição Ferreira da Silva Alves e Filipa Oliveira Marques, foram empossados, em sua substituição, a cidadã Joana Cerqueira Cunha e o cidadão João Pedro Araújo da Silva, respetivamente. Foram relevadas as seguintes faltas a esta sessão ordinária: Presidente da Junta de Freguesia de Freiriz, Narciso José Teixeira Gama, que foi representado pelo Tesoureiro da mesma autarquia, João António Fernandes da Silva; o Presidente da Junta de Freguesia de Dossãos, Jorge Manuel Rodrigues de Oliveira, que se fez representar pelo Vogal do mesmo órgão autárquico, Ricardo Oliveira Araújo. -----
-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e um foi aprovada por maioria, com quarenta e seis votos a favor, zero votos contra e vinte abstenções. ----------

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou uma missiva da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) relativa à substituição de membros e respetiva legislação apensa. Na mesma pode ler-se que, na última reunião da Comissão Alargada, havia sido deliberada a substituição dos membros Paulo Samuel Macedo Estrada e Susana Sofia Pereira da Silva. Em substituição destes membros, a bancada do PSD indicou José Duarte Fernandes de Sousa e a bancada do PS indicou Aires Francisco Macedo Fumega. Os documentos relativos a este processo ficaram à disposição de todos os membros do Plenário, para consulta, se assim o desejassem. Também recebeu um ofício da Vereadora Michele Alves a comunicar, em cumprimento do artigo 3.º da Lei 29/87 de trinta de junho, a acumulação do cargo de sócia-gerente da sociedade Quinta da Resela Lda., com sede na freguesia de Cervães do concelho de Vila Verde. A Mesa rececionou ainda a seguinte correspondência: a mais recente edição do estudo Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking; informação atinente a palestra/formação que versaria o Regulamento Geral de Proteção de Dados nas Autarquias, o papel dos Deputados Municipais, por inerência, e do Presidente da respetiva Assembleia Municipal - o Presidente da Mesa esclareceu que, posteriormente, em sede de Comissão Permanente, iriam avaliar a necessidade de fazerem, ou não, esta formação -; o número dezanove da Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais. Toda esta correspondência ficou disponível para consulta dos Deputados Municipais.----------

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Filipe Lopes, do PSD, apresentou uma moção relativa às variantes às EN 101 e 205, tendo referido que, apesar dos esforços do Município e desta Assembleia Municipal, junto dos últimos governos, no sentido de os consciencializar da importância destas vias para o desenvolvimento do concelho e da região, nada ainda havia sido feito. Era consabido que a acessibilidade ao concelho era efetuada por vias completamente congestionadas, com uma circulação média de mais de vinte mil veículos por dia, particularmente nos centros urbanos de Vila Verde e da Vila de Prado. O processo de desenvolvimento em curso no concelho de Vila Verde reclamava melhores acessos rodoviários, revelando-se emergente a construção daquelas duas variantes para aumentar a atratividade territorial e empresarial, única via de criação de emprego e de fixação da população. Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD solicitava a esta Assembleia Municipal que deliberasse em ordem a reforçar junto do Governo, dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, do Instituto de Mobilidade e dos Transportes, do Instituto Nacional das Infraestruturas Rodoviárias, das Infraestruturas de Portugal, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, entre outras entidades, para a necessidade urgente da construção das variantes à EN 101 e à EN 105, sob pena de o concelho de Vila Verde ficar afastado do desenvolvimento do tecido empresarial, da criação de emprego, bem como da fixação da população. ----------

-----Esta Moção foi aprovada por unanimidade. ----------

-----Carlos Pedro Castro, do PSD, apresentou uma moção sobre reformulação/requalificação da Rotunda do Canoísta e EN 201. Apesar das solicitações realizadas pelos Presidentes de Junta das freguesias servidas pela EN 101, de Deputados Municipais, comerciantes e particulares junto das entidades competentes, tinha sido um fator predisponente de insegurança rodoviária e pedonal, aumento de sinistralidade que se vinha agravando com o acréscimo exponencial do tráfego automóvel na rotunda e na

EN 201. Era, pois, crucial um estudo técnico com urgência, por parte da Infraestruturas de Portugal E.P., para a reformulação/requalificação da rotunda e da EN 201, para reduzir a sinistralidade e melhorar a fluidez rodoviária no trajeto de e para Braga e em toda a EN 201. Sendo o principal acesso rodoviário de e para o concelho de Vila Verde e parte dos concelhos de Barcelos e Ponte de Lima, era-o também à zona industrial de Oleiros, Por outro lado, na EN 201, era de referir a inexistência ou existência muito lacunar e obsoleta da sinalização vertical, passagens de travessia de peões, iluminação sobre as mesmas inexistente, sem acesso adaptado para pessoas portadoras de deficiência ou limitação física, passeios com largura exígua, não legal em quase todo o trajeto e a partir da Lage (Rotunda do Emigrante) praticamente inexistente. Não possuindo outro tipo de transportes, nem autoestradas, era através das Estradas Nacionais que se deslocavam no concelho para concelhos vizinhos, especialmente para a sede de distrito, Braga. Com o aumento considerável do parque automóvel, exigia-se que as estradas nacionais estivessem adequadas às necessidades dos cidadãos, assim como as áreas pedonais às mesmas associadas. Este aumento do tráfego automóvel de Braga para Vila Verde e vice-versa era fruto da necessidade cada vez mais premente de utilização por necessidades laborais ou educacionais e simultaneamente pela falta de transportes públicos alternativos. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD solicitava a esta Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de reforçar junto do Governo, dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, do Instituto de Mobilidade e dos Transportes, do Instituto Nacional das Infraestruturas Rodoviárias, das Infraestruturas de Portugal, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, entre outras entidades, a necessidade urgente da reformulação/requalificação da Rotunda do Canoísta e da EN 201, para uma melhoria na vida e segurança dos utilizadores e, em especial, dos Vilaverdenses. Carlos Pedro Castro aduziu ainda que não estava previsto qualquer investimento na EN 201 até dois mil e vinte e seis. ----------

-----Esta Moção foi aprovada por unanimidade. ----------

-----Paulo Gomes, do CDS-PP, em declaração de voto, referiu que não podia estar mais de acordo com o teor desta Moção e esclareceu que, em dois mil e dezassete, se havia insurgido contra a rotunda do Canoísta e aqueles acessos que estavam a ser realizados na Vila de Prado. Aquele assunto havia sido trazido a esta Assembleia Municipal por si e através de uma missiva da Assembleia de Freguesia da Vila de Prado que tinha efetuado uma votação unânime relativamente àquela questão. Reforçou que, efetivamente, desde dois mil e dezassete, nada fora feito, não existindo uma única passadeira na circundante daquela rotunda e daquele espaço. Era muito importante a fluidez de trânsito, mas, mais importante ainda, era aquilo que tinha sido aprovado numa sessão da Assembleia de Freguesia, que havia sido trazido a esta Assembleia e, entretanto, nada havia sido feito. Mais grave ainda era que a responsabilidade do licenciamento daquela obra tinha sido do Município de Vila Verde, sendo inadmissível que uma entrada de um privado confluísse para uma rotunda, numa estrada daquela natureza. Fizera referência a essa situação antes mesmo da abertura do Intermarché. Deveria haver coragem para assumir este tipo de posições e se, hoje, quatro anos volvidos, estavam a abordar o mesmo assunto era porque nada havia sido feito para minimizar o impacto que aquela obra ia criar. Considerou que o ideal seriam duas faixas a confluir para a rotunda e lançou o repto à Presidente da Câmara Municipal, aduzindo que, se fossem mais corajosos, conseguiriam ali colocar uma passagem superior ou

subterrânea, como existiam em muitas cidades, como em Braga, fazendo com que o trânsito que viesse para Vila Verde, para Ponte de Lima e vice-versa, tivesse uma fluidez ainda maior do que se fossem apenas duas faixas de rodagem. Nesta matéria, tinha que se ser mais corajoso ainda relativamente àquilo que não se tinha conseguido ser há quatro anos. ----------

-----O Presidente da Mesa deu conta de que esta Moção ia seguir os seus termos e as respetivas recomendações, mas as estradas nacionais, sob o ponto de vista operacional, estavam sob a absoluta gestão do Estado e do Governo. Esta Moção fazia sentido, numa primeira linha, para alertar as entidades competentes relativamente àquilo que era necessário para aquele local. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do BE, referiu que o BE ali estaria para fazer a sua luta pelas políticas de esquerda e pelo progresso do concelho de Vila Verde. Referiu que o assunto do voto que ali o trazia seria importante em qualquer momento e em qualquer sítio, sendo que, neste órgão, em que a paridade no sentido da igualdade de género ainda estava aquém, era ainda mais premente. Assim, procedeu à apresentação de um voto de saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, tendo realçado a consagração deste Dia, pelas Nações Unidas, no dia vinte e cinco de novembro, e referido que, em Portugal, o mesmo tinha sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuavam a envergonhar o país, sendo que, em dois mil e vinte, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), esta violência contra cônjuge ou situação análoga havia continuado a ser o crime mais participado em Portugal, representando oitenta e cinco por cento das mais de vinte e sete mil queixas por violência doméstica, constituindo as mulheres e raparigas setenta e cinco por cento das vítimas, enquanto oitenta e um vírgula quatro por cento dos denunciados eram homens, faltando ainda todos os casos que tinham ficado em silêncio. A pandemia havia colocado muitas mulheres confinadas com os seus agressores e, no Estudo Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19), quinze por cento dos participantes tinham reportado que houvera violência doméstica em sua casa e trinta e quatro por cento das pessoas inquiridas vítimas de violência doméstica declararam tratar-se de uma primeira agressão. O RASI 2021 demonstrava que a marca de género na violência sobressaía também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual. Em matéria de crimes de violação, noventa e nove vírgula um por cento dos arguidos eram homens e noventa e dois vírgula três por cento das vítimas haviam sido mulheres. Nos caos de abuso sexual de menores, noventa e dois vírgula nove por cento dos arguidos eram homens e as vítimas correspondiam a raparigas, num total de setenta e seis vírgula nove por cento, e vinte e três vírgula um por cento eram rapazes. Ademais, as mulheres mais pobres, as lésbicas, as bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as portadoras de deficiência eram alvo de múltiplas violências, sendo de referir particularmente a situação preocupante das mulheres trans. O *Trans Murder Monitoring* havia registado, mundialmente, trezentas e cinquenta pessoas trans assassinadas, no ano de dois mil e dezanove, noventa e oito por cento das quais do género feminino e cinquenta por cento imigrantes. Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) havia registado, em dois mil e vinte, trinta e cinco mulheres assassinadas, dezanove das quais vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e dezasseis assassinadas em outros contextos, recordando, no seu texto, cada uma delas.

Assim, a Assembleia Municipal saudava as iniciativas do dia Vinte e Cinco de Novembro, nomeadamente a marcha pelo fim da violência contra as mulheres e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais e serviços sociais do Estado que prestavam apoio às mulheres vítimas de violência. ----------
-----Filipe Silva, do PS, desejou a todos os maiores sucessos, na perspetiva de que o sucesso de cada uma era o sucesso do concelho e, independentemente das diferenças partidárias, prevalecia o todo que era a melhoria da qualidade de vida dos Vilaverdenses. Manifestou à Presidente da Câmara Municipal a disponibilidade total da sua bancada para cooperar, partilhar e trabalhar em conjunto em tudo aquilo que fossem propostas que permitissem incrementar a qualidade de vida dos Vilaverdenses. Por isso, nunca seria pela falta de disponibilidade do PS que se deixaria de lutar pelo melhor para os Vilaverdenses, em questões como as vias de comunicação que reclamavam melhorias profundas no que se prendia com as acessibilidades às várias partes do concelho, sendo que, muitas vezes, não chegava enviar um email, era preciso fazer bem mais do que isso. Independentemente do partido que representavam nesta Assembleia, todos tinham a mesma responsabilidade que era fiscalizar a atividade do Município, cooperar com o Município com as propostas e, no final, todos ganhariam com essa postura. O PS acreditava que este órgão apenas fazia sentido se fosse um instrumento da democracia e do progresso. O governo do povo, pelo povo e para o povo. Essa era a sua forma de estar e era um princípio que iam assumir nestes quatro anos de mandato. Só assim era possível cumprir o desiderato da liberdade de informação, informando os Vilaverdenses com verdade e na justa medida em que eles mereciam ser informados. O PS defendia o empenho no combate por uma sociedade mais solidária, mais justa, fraterna e igualitária. O pluralismo devia ser um ponto de honra nesta Assembleia, sendo legítima a existência de ideias deferentes, mas, no final, definir-se um caminho para Vila Verde. Apesar do resultado das eleições, podia-se dizer que o PS de Vila Verde não havia sido vencido, pois, tal como dizia Salgado Zenha, no plano moral, que era o que mais interessava, só era vencido quem desistia de lutar e estavam ali para se juntarem à luta por Vila Verde. Aquele era também um momento doloroso da família socialista e dos Vilaverdenses, que a todos sensibilizava, razão pela qual o Grupo Municipal do PS propunha que a Assembleia Municipal de Vila Verde, através de um voto de pesar, expressasse a toda a família e, em particular, à mãe, a professora Conceição Alves, a sua solidariedade pelo falecimento da sua filha Cátia Alves. ----------
-----O Presidente da Mesa asseverou que aquele era um sentimento de todos e sublinhou que ninguém poderia negar a dedicação da professora Conceição Alves à causa pública. A Professora Conceição Alves tinha de todos os membros do Plenário a maior solidariedade e este voto de pesar iria ser encaminhado de forma muito solene. ----------
-----Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade. ----------
-----Daniela Gonçalves, do PS, referiu que a sua primeira intervenção não poderia deixar de ser sobre um tema que sempre a inquietara, enquanto Vilaverdense, o ex-IEMinho. O assunto IEMinho era um assunto tropa e, como dizia a sabedoria popular, o que nascia torto tarde ou nunca se endireitava. Estava-se a falar de um assunto de milhões que se tinha pautado por falta de transparência e havia sido discutido à porta fechada. Continuava a faltar uma ideia, uma estratégia, e continuava-se a tratar este assunto de uma forma equívoca. Quando a Assembleia Municipal aprovara a aquisição daquele espaço, supostamente, estaria livre de ónus e encargos, mas não era isso que

havia acontecido e, em vez do Município se livrar dos ónus e encargos, prorrogara por mais seis meses. Não se percebia, mas esperava que fosse, de uma vez por todas, explicado. Neste âmbito, haviam solicitado à Presidente da Câmara uma série de informações, as quais haviam sido facultadas, nomeadamente quem e quantas eram as empresas que estavam sediadas naquele espaço; qual o custo mensal associado à manutenção daquele espaço; qual o valor pago por cada uma delas; qual o número de funcionários alocados e qual o custo dos mesmos, entre outras. Verificaram que, das trinta empresas identificadas, apenas dez, tinham sede naquele espaço, existindo de tudo: uma empresa fantasma, empresas de chocolates, de vinhos, de construção, imobiliárias; empresas que ali estavam há dez anos, empresas sem fins lucrativos, uma empresa constituída em dois mil e vinte e um e que ali estava desde dois mil e dezanove, assim como outra constituída em dois mil e dezasseis, mas que estava naquele espaço desde dois mil e catorze. Não se percebiam nem os critérios nem os objetivos. Questionou porque estavam ali aquelas empresas e não outras, porque é que umas pagavam sessenta e outras quatrocentos euros. Constatava-se que o Município, além dos custos associados a um edifício daquela grandeza, passara a assumir ainda um custo com pessoal que só este mês havia comportado seis mil euros. Frisou que eram a favor de apoiar a economia e ali havia empresas que mereciam ser apoiadas, mas tinha de existir critério, porque lhes parecia que, da forma como o ex-IEMinho estava a ser gerido, o Município mais não fazia do que promover a concorrência desleal. Era necessário perceber para onde se pretendia ir e quando, urgindo explicações e, acima de tudo, traçar uma estratégia clara que devia ser discutida à porta aberta, onde não imperasse o livre arbítrio. Um outro assunto merecia alguns esclarecimentos por parte do Município. No passado mês, viram o anterior Presidente da Câmara ser condenado a três anos e meio de prisão, com pena suspensa e perda de mandato por um crime de prevaricação. No mesmo mês, o antigo Presidente da Câmara era condecorado com a Medalha do Concelho. Importava responder às seguintes questões: que modelo de gestão de contratação queriam ter e que consequências iam tirar daquilo. Sobre o concurso que fora agora, de forma definitiva, condenado, que mais não era do que um concurso feito, contaminado com um ilícito criminal, quis saber o que pretendia a Câmara fazer, se ia acomodá-lo no seu interior ou se se ia livrar dele. Acima de tudo, o que ia acontecer àquelas pessoas que tinham concorrido e que possuíam todos os critérios para serem admitidas para o exercício do cargo em questão. Mais questionou se condecoravam um homem que, para a justiça portuguesa, não era idóneo para estar à frente do Município. Algo não batia certo. Perguntou que sinal e que exemplo, que mensagem estavam a dar às gerações mais novas e àqueles que olhavam para a vida pública e para a política com descrença. Faltava refletir sobre aquilo. ----------

-----Mara Alves, do PSD, depois de enaltecer o trabalho dos presidentes de junta, referiu que se dava início a um novo ciclo político, repleto de desafios, sendo que a complexidade e o sonho os enchiam de esperança e imensa vontade de acrescentar qualidade, desenvolvimento e inovação ao concelho, numa perspetiva coletiva, de acordo com o desejo da bancada do PSD. Mais considerou que esta Assembleia devia ter o sentido de responsabilidade e todos ali estavam para poder servir os Vilaverdenses, conforme a democracia os havia legitimado. A bancada do PSD desafiava os deputados para quatro grandes linhas comuns. Continuar a credibilizar o poder local, alicerçado em boas práticas de rigor, transparência e igualdade. Dinamizar e agilizar os serviços da

Câmara. Colocar os munícipes no centro da decisão como um princípio e fim último da atividade e do trabalho dos membros do Plenário. O caminho a traçar devia ser prudente, financeiramente responsável e acrescentar valor. As grandes mensagens apresentadas pelas forças políticas, nas últimas eleições, deveriam, a partir de agora, unir-se em prol do desenvolvimento do concelho, pois todos sentiam um enorme amor a Vila Verde e deviam olhar o futuro sem receio de avançar e com confiança. Uma participação ativa, mas unida no essencial: a melhoria progressiva da qualidade de vida de todos os Vilaverdenses. Esperava que os próximos quatro anos não fossem pautados por mero despejo de críticas ou elogios, pugnando antes em ordem a que este órgão fosse um centro de propostas com as quais se pudesse construir e ajudar a melhorar o concelho. Aos que lideravam o Município era exigida uma gestão rigorosa, transparente e verdadeira, não esquecendo os milhares de Vilaverdenses que haviam sufragado o programa e que, assim, tinham confiado na gestão do PSD. Recordou que era um projeto de desenvolvimento para Vila Verde, no qual se privilegiava a educação, a coesão social e o desenvolvimento sustentado, porque Vila Verde esperava sempre muito de todos. ----------

-----Manuel Barros, do PSD, começou por confessar a emoção que sentia neste seu regresso, depois de uma ausência de cerca de doze anos, a seguir a um período de vinte cinco anos de desempenho das funções de Deputado Municipal, pois ali havia entrado muito jovem. Manifestou a sua nostalgia por não ver no Plenário um partido estruturante da democracia portuguesa, o PCP, mas aquele era o sinal dos tempos. Completando e reforçando as palavras de Mara Alves, considerou que, neste mandato, era um desafio nacional ultrapassarem os egoísmos partidários, propondo, desenvolvendo, partilhando e dialogando, para que fossem ultrapassadas as fronteiras partidárias, valorizando mais as políticas públicas e menos as politiquices, no sentido dos interesses e posicionamentos partidários, olhando antes para os interesses dos concelhos e não para os das suas próprias clientelas. Deviam diversificar as propostas públicas políticas locais no âmbito dos novos desafios societários. A questão de demografia, que tinha sido tão chamada à atenção pela Presidente da Câmara; as transições digital e ambiental, com o abandono do carvão que estava na ordem do dia a nível mundial; o futuro do trabalho e das qualificações, impondo-se a aposta no verdadeiro direito ao futuro para todas as gerações, criando respostas para os problemas que estavam a comprometer o planeta, além de que não podiam continuar a endividar o futuro das próximas gerações. Eram vários os obstáculos estruturais que, há várias décadas, afetavam a sociedade. O crescimento económico deficitário e medíocre continuava a vigorar em Portugal. A (elevada) dívida pública continuava a crescer. O envelhecimento da população a todos devia preocupar. A insustentabilidade do sistema de pensões. A baixa produtividade. A lentidão da justiça. O agravamento das desigualdades. Era, muitas vezes, confrangedora a forma como se fazia política, em momentos de campanha eleitoral. Ao longo do mandato, ia tentar cumprir uma missão consubstanciada nas linhas de orientação programática daquilo que havia sido a campanha eleitoral do PSD. Continuar a modernizar a organização da gestão do Município; aprofundar a democracia e a participação dos cidadãos no processo de gestão autárquica; promover as políticas sociais e combater as desigualdades; sustentar a resiliência política do Executivo, com a sustentabilidade territorial; apostar na qualificação das pessoas para aa sociedade 4.0; enfrentar a crise demográfica; fomentar

o crescimento verde; reforçar a produtividade e a competitividade das empresas; reduzir o endividamento municipal; promover uma fiscalidade mais inteligente que era aquilo que a Presidente de Câmara tinha vindo a anunciar. Isto pressupunha um grande desafio para todos, independentemente da bancada onde estivessem sentados; pressupunha o reforço da confiança dos cidadãos, nas políticas, na organização e na liderança política; um Município que fosse promotor da sociedade civil, da dignidade dos cidadãos, da equidade social, que libertasse a iniciativa da sociedade civil e fomentasse o crescimento económico do concelho. Estava-se numa nova conjuntura que exigia reformas profundas no sistema político, quer a nível nacional quer no âmbito local; o reforço das políticas públicas de consolidação da democracia; a modernização dos partidos políticos; a mudança do perfil de liderança; a identificação de novas missões estratégicas capazes de reconquistar o direito das pessoas a um futuro digno. Esta era uma oportunidade que não podiam desperdiçar. ----------

-----Susana Silva, do PSD, desejou que, no final deste mandato, todos se pudessem orgulhar do seu trabalho, tanto na Assembleia como na Câmara Municipal, principalmente em prol dos Vilaverdenses e do desenvolvimento de Vila Verde. Relativamente ao acesso de um privado à rotunda da Vila de Prado, esclareceu que se tratava de um acesso que estava previsto na revisão do PDM, estando em causa uma via pública de ligação ao Lar de Idosos/Acolhimento Sénior situado mais a Norte que tivera o parecer favorável da Infraestruturas de Portugal, sendo que a empresa pública de transportes situada mesmo ao lado do mencionado supermercado iria ter também acesso a esta via. Relativamente à questão do IEMinho, já tiveram, em outras sessões, nomeadamente a bancada do PS, oportunidade de discutir este assunto, pelo que o mesmo não fora discutido à porta fechada, tanto mais que as atas das sessões eram públicas. Estavam no Plenário vários membros que integravam os órgãos anteriores. O assunto havia sido várias vezes discutido; a aquisição do IEMinho tinha sido aprovada em sede de Assembleia Municipal, no Vade, há um ano, altura em que Susana Silva tivera oportunidade de dizer que os documentos que a Assembleia Municipal lhes trazia consubstanciavam os documentos para a aquisição daquelas infraestruturas e, na sua fundamentação, eram apresentadas duas atas de reuniões de deliberações tomadas no Executivo Camarário, em vinte de fevereiro e três ou quatro de março, tendo sido aprovadas por unanimidade. Portanto, dizer que tinham sido discutidas/aprovadas à porta fechada era uma inverdade e a bancada do PSD não ficaria bem se não viessem ali retificar esta questão. Recordou que, para os funcionários públicos e autárquicos, novembro era o mês em que se recebia o subsídio de Natal, razão pela qual os vencimentos haviam sido duplicados e assim se justificava a invocada verba. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal desejou a todos um excelente mandato e sublinhou que, sem prejuízo de ali estarem na defesa dos seus partidos políticos e dos seus ideais, todos estavam ali pelos Vilaverdenses, pelo superior interesse de Vila Verde e para defender o seu território. Era nisso que se deviam manter unidos, pois tinham vários e muito importantes desafios pela frente. Desde logo, a questão das alterações climáticas, o envelhecimento da população, a transição digital e a eficiência energética, tantas coisas que afetavam o território concelhio e que reclamavam aquela união. Agradeceu a postura que já ali haviam demonstrado e a maturidade política, em torno de questões da maior relevância, como a da variante e o grande problema que era a rotunda do canoísta. Esta aprovação por unanimidade era muito importante, porquanto, nos

diferentes órgãos onde esta questão chegasse, iam sentir que estavam unidos em torno daquela causa. A Edil asseverou que ia fazer tudo o que estivesse ao seu alcance, iria insistir e persistir para que ouvissem a voz do Plenário e para que a mesma chegasse onde tinha que chegar. Reportando-se à questão da rotunda do canoísta, esclareceu que já havia realizado uma reunião com a Infraestruturas de Portugal e tinha ficado estupefacta quando ouvira que no plano de investimento da mesma, até dois mil e vinte e seis, nem sequer constava o investimento naquela área, não estando tão pouco o problema identificado. O trabalho já efetuado pela Junta de Freguesia da Vila de Prado, a que Paulo Gomes aludira, não havia lá chegado. Também a variante tinha vindo a saltar de orçamento em orçamento, pelo que era muito importante manter esta união de esforços e, da sua parte, podiam contar com isso e contava com todos para se resolver o grave problema do congestionamento de trânsito na sede concelhia. Lembrou o compromisso que havia assumido de criar um eixo periférico, uma circular que não resolvia totalmente, mas que ia ajudar a uma maior fluidez de trânsito, assim como no atinente ao problema do parque industrial de Oleiros, infraestrutura relativamente à qual estavam preparados para avançar se não houvesse financiamento, embora estivessem totalmente determinados a consegui-lo. A infraestrutura de acesso ao parque industrial de Oleiros podia pressupor uma rotunda mais alargada, quase ovalizada, ainda que tal pudesse não ser suficiente. A Edil também havia feito essa proposta e pedira à Infraestruturas de Portugal que estudasse uma espécie de passagem de nível ou túnel que viesse resolver a situação. Vila Verde associara-se ao dia 25 de Novembro e à causa da eliminação da violência contra a mulher, desenvolveu uma série de ações, chamou a atenção para o flagelo. Trinta e cinco mulheres mortas num ano era um absurdo, impondo-se continuar a trabalhar para erradicar este problema, sendo esta uma matéria que também unia o Plenário. Em Vila Verde existiam vários projetos que trabalhavam diretamente a questão das vítimas, designadamente o projeto Chega + da Associação Sopro, que trabalhava com as vítimas de violência doméstica, e o projeto Aurora que trabalhava com os filhos das vítimas. Iam ainda celebrar um protocolo com o projeto Homem para trabalhar aquilo que, muitas vezes, passava ao lado, reportando-se ao agressor. Relativamente à intervenção de Filipe Silva, referiu que podiam contar com Vila Verde e associou-se ao voto de pesar e endereçou à professora Conceição os seus sentimentos e um voto de pesar, neste momento extremamente difícil que a mesma estava a viver. No que se prende com a questão do IEMinho, a Edil confirmou que todas as informações tinham sido prestadas. O Município procedera à aquisição no dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, por oitocentos e cinquenta mil euros, sensivelmente. Este tema havia sido debatido em sede de Assembleia Municipal e trazido muitas vezes ao Plenário; tinha existido uma Comissão de Acompanhamento da qual faziam parte deputados e até vereadores do PS, razão pela qual não tinha sido um assunto obscuro ou fechado, ao invés, havia sido participado e partilhado e mesmo muito exposto em termos de comunicação social. A Daniela Gonçalves, na sua intervenção, dava a entender que o assunto fora um pouco à vontade do freguês, questionando porque iam para lá estas e não outas, por que razão umas pagavam x e outras y, lançando uma espécie de suspeição que não correspondia, de todo, à realidade. As empresas que estavam sediadas aquando da aquisição eram as que se tinham candidatado a estarem no IEMinho. Umas empresas pagavam x e outras y porque algumas estavam de forma virtual e outras de forma física, umas ocupavam salas de

vinte metros quadrados e outras ocupavam espaços de quarenta metros quadrados, sendo que tudo isto já estava tabelado quando o imóvel do IEMinho havia sido adquirido pelo Município. A mesma Edil disponibilizou-se a enviar a todos as tabelas que enviara à Daniela Gonçalves. Neste momento, ali se encontravam, num espaço físico, vinte e uma empresas, enquanto outras cinco estavam em ocupação virtual. Algumas dessas empresas haviam concorrido a Fundos Comunitários e, dada a relevância de estarem sediadas naquele espaço, para poderem concluir esses projetos, tinham solicitado para ali se manterem nesta fase. Na altura, uma vez que estavam a iniciar as conversações com várias instituições de ensino superior, haviam entendido que, até trinta e um de dezembro, estas empresas poderiam terminar os trabalhos que tinham pendentes. Acontecia agora que as autarquias tinham vivido um processo eleitoral, o mesmo tendo acontecido com a Universidade do Minho, sendo que o Sr. Reitor apenas havia tomado posse no dia vinte e nove de novembro. Tinham já sido realizadas três reuniões, em duas das quais tinham visitado as instalações, altura em que estavam e continuavam bem orientadas no sentido da Universidade do Minho poder ficar com o espaço. Entretanto, pelo referido motivo, as negociações tinham sido interrompidas e estavam de novo a retomá-las, tendo a Sra. Presidente da Câmara já feito chegar ao Sr. Reitor um pedido de reunião. Uma vez que o ano letivo começava em setembro e porque, sendo certo que algumas daquelas empresas já tinham resolvido a sua situação, mas outras havia que ainda se encontravam naquelas instalações, entenderam que os próximos seis meses consubstanciavam o tempo necessário para que estas conversações prosseguissem e, por conseguinte, que deveriam apoiar estas empresas, deixando-as ali ficar estes derradeiros seis meses. Assim, as empresas tinham o dia trinta de junho como prazo limite para sair e, nesse mesmo hiato de tempo, iam decorrer os contactos com a Universidade do Minho ou, no caso de não chegarem a acordo, com outro instituto superior, para ali desenvolver atividade, porque aquele edifício havia sido adquirido para esse fim. Nos contratos que estavam a ser feitos constava uma cláusula que previa que se, porventura, fosse necessário fazer alguma obra de adaptação, no sentido de não ficar comprometido o início do ano letivo, a empresa seria avisada com trinta dias de antecedência para permitir a realização da mesma intervenção. Tudo isto estava muito claro e havia sido aprovado em reunião de Câmara. Os Srs. Vereadores Manuel Lopes e Patrício Araújo teriam, na próxima semana, uma reunião com estas empresas que lhes iam dar a conhecer tudo isto, nomeadamente que, no dia trinta de junho, iriam abandonar as instalações. Os funcionários que ali estavam alocados eram um técnico superior e duas assistentes operacionais, uma com o serviço de limpeza e outra na portaria. Os vencimentos eram os que os mesmos tinham no Município, sendo que os sete mil e duzentos euros relativos a novembro, a que Daniela Gonçalves se referira, eram justificados com o pagamento do mês e do subsídio de Natal. Se atentasse nos meses verificaria que as despesas correspondiam à EDP Energia, rondando os mil euros por mês; setenta e um euros e sessenta e oito cêntimos mensais de internet; cento e cinquenta e três euros e setenta e seis cêntimos mensais das comunicações e os vencimentos dos funcionários. Quanto à última questão, a Presidente da Câmara referiu que não tinha sido bonito a Daniela Gonçalves falar em pessoas que não estavam presentes, tendo frisado que o Dr. António Vilela havia sido um excelente Presidente de Câmara, dedicara vinte e quatro anos da sua vida ao Município, deviam-lhe muito, muitas das obras de que o Município

beneficiava. Era um homem muito dedicado e trabalhador que vivera para o Município todo este tempo. O que acontecia nos tribunais devia ficar nos tribunais; a medalha de mérito fora bem atribuída, por unanimidade, e era merecida, pois o Dr. António Vilela tinha dedicado a sua vida ao Município de Vila Verde. Não se ia alongar neste assunto porque o visado não estava ali para se defender e nunca gostara de falar de quem não estava presente. ----------

No ponto 4.1. - deliberar e aprovar a renovação da inscrição na ANAM (Associação -----Nacional de Assembleias Municipais), de acordo e em conformidade com a alínea d) do ofício emitido pela mesma Associação, mediante o pagamento da quota de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros) -, o Presidente da Mesa esclareceu que este assunto já havia sido apreciado e discutido em sede de Comissão Permanente, tratando-se da renovação da inscrição numa associação recente mas que tinha contribuído com alguma maturidade com elementos/dados importantes para os municípios e as assembleias municipais, dando pareceres jurídicos e veiculando informações pertinentes para efeitos práticos. A renovação prendia-se com um lapso da mesma associação no tocante à cobrança da quota anual, considerando que o Município de Vila Verde tinha mais de quarenta mil eleitores, pelo que a quota seria de mil e setecentos e cinquenta euros e não os mil duzentos e cinquenta euros que haviam sido pagos da última vez. Feito este acerto, era então colocado à consideração do Plenário o pagamento desta quota que havia conhecido a aprovação unânime da Comissão Permanente. Este ponto foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 4.2. - aprovação do Regimento que vinha vigorando e propõe-se que vigore para o quadriénio 2021/2025 -, o Presidente da Mesa referiu que estava em causa a alteração de dois artigos do Regimento desta Assembleia Municipal que eram sempre objecto de acerto após cada ato eleitoral. Assim, o Regimento passaria a ter uma alteração, no ponto dois do no artigo trinta, no que tocava ao uso da palavra e aos minutos atribuídos, para o efeito, a cada grupo municipal. O ponto dois passava a ter a seguinte redução, tendo por base a hora de sessenta minutos. Os tempos atribuídos a cada grupo municipal com assento na Assembleia deveriam, no mandato em curso, obedecer à seguinte distribuição: trinta e um minutos para o Partido Social Democrata PPD/PSD; sete minutos para o Partido Socialista; cinco minutos para os Presidentes de Junta independentes dois; cinco minutos para a bancada do Chega; quatro minutos para o CDS/PP, para o Bloco de Esquerda e para os presidentes de junta independentes. Os pontos um e três deste artigo mantinham a sua redacção. Relativamente ao artigo cinquenta e oito, as alterações incidiam no ponto quatro, respeitante à composição dos grupos que faziam parte deste órgão: oito membros do grupo municipal PSD; dois membros do grupo municipal do PS; um membro do grupo municipal dos presidentes de Junta independentes dois, do grupo municipal do partido Chega, do grupo municipal do CDS/PP, do grupo municipal do Bloco de Esquerda e do grupo municipal dos presidentes de Junta independentes. Os pontos um, dois, três e cinco deste mesmo artigo mantinham a sua redação anterior. Ia ser feita uma impressão que ficaria à disposição de todos e que, depois, ia ser distribuída, contendo estas alterações. ----------

-----O ponto 4.2. foi aprovado por maioria, com cinquenta e três votos ao favor, treze votos contra e zero abstenções. ----------

-----Aires Fumega, do PS, em declaração de voto, referiu que o PSD tinha mais de metade do tempo disponível e seria compreensível se esse tempo fosse utilizado, mas,

normalmente, não o era. Este ano, com a entrada de mais intervenientes, o tempo de cada um dos grupos municipais tinha sido reduzido, mantendo-se intacto o tempo do PSD. Este comportamento fazia lembrar aquele rapazinho birrento que tinha uma caixa cheia de brinquedos, mas não brincava com nenhum; a mãe dizia-lhe para deixar os primos brincar, mas ele negava essa pretensão dizendo que os brinquedos eram seus. Esses brinquedos, mais cedo ou mais tarde iriam para o lixo, sem serem utilizados. Aqui passava-se o mesmo. Era atribuído, pelo Regimento, tempo para intervenções que não era utilizado e se perdia para sempre. O espaço de debate era cerceado, perdendo a Assembleia e o concelho. Não estava contemplado no Regimento o tempo das intervenções do Presidente de Câmara, sendo tradição começar com algumas respostas evasivas às questões, seguindo-se um discurso típico de campanha eleitoral, chegando-se a contabilizar cinquenta minutos de intervenção, o que, não tendo a sala assim tanto público, era de estranhar, não se percebendo a quem era dirigido o discurso, porquanto, na ala direita, estavam os convencidos e, na parte esquerda, estavam os que não se deixavam convencer. Queimava-se tempo útil que serviria, depois, para acelerar os trabalhos. Um espaço que poderia ser de grande utilidade servia apenas para despachar serviço, votar propostas correntes e ouvir discursos, razões pelas quais o Grupo Municipal do PS havia votado contra esta proposta de Regimento. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do BE, em declaração de voto, referiu que acompanhava as preocupações manifestadas pelo PS e que havia, bem perto, Câmaras do PSD, com larga maioria absoluta, em que tinha havido uma melhor distribuição dos tempos. Mais considerava que, no sentido de aproximar os órgãos aos seus representantes, os benefícios dos meios de transmissão online das sessões desta Assembleia eram inexoravelmente maiores do que os receios levantados por membros da Comissão Permanente devido às práticas criminosas que pudessem vir a ser cometidas com a imagem dos intervenientes. No momento em que a saúde pública continuava a impedir o normal funcionamento da vida em sociedade, esta situação tornava ainda mais imperioso que, à semelhança de tantas assembleias municipais, também em Vila Verde se permitisse esta transmissão online. Exortou que se avançasse com celeridade com a criação de um regulamento que, protegendo os intervenientes, se preocupasse sobretudo com a abertura deste órgão autárquico à população. Defendeu ainda que a publicitação destas sessões devia ter lugar na página web e redes sociais do Município com oito dias de antecedência. ----------

-----Paulo Gomes, do PSD, em declaração de voto, referiu que achava lamentável e inaceitável que o Sr. Deputado, não tendo estado na reunião da Comissão Permanente, tivesse vindo tecer aquelas considerações acerca da mesma. Paulo Gomes havia estado na reunião da Comissão Permanente e não ouvira ninguém a dizer o contrário sobre os tempos acordados. Não fora isso e teria agora apenas um minuto ou mesmo quase tempo nenhum para intervir. Ao invés, se a bancada do PSD levasse à risca a questão dos tempos, todos teriam muito menos tempo do que aquele que havia sido atribuído. Era preciso ter seriedade e não vir para aqui dizer o que não havia sido dito nem debatido em sede de Comissão Permanente, a menos que ele tivesse ido a outra reunião que não a que estava aqui em causa. Nesta Comissão tinham até sido apontadas duas propostas diferente, tendo-se aprovada exatamente a proposta que estava em cima da mesa. ----------

-----Susana Silva, do PSD, esclareceu que não tinha estado na reunião da Comissão

Permanente, mas havia questionado os seus colegas sobre o acordado na mesma e, ao que parecia, também eles tinham ido a outra reunião, a mesma que o deputado Paulo Gomes. A bancada do PSD, de há muitos anos a esta parte, havia sempre optado por ter uma bancada única, com presidentes de Junta e deputados diretamente eleitos, o que, neste mandato, fazia com que tivessem, graças ao voto dos eleitores, uma representatividade de sessenta e nove por cento, sendo que, a serem rigorosos na sua exigência, o tempo da bancada social-democrata seria muito superior a quarenta minutos. Nunca a iriam ouvir tecer juízos de valor sobre o que as outras bancadas faziam ou acerca da pertinência das intervenções das mesmas, tal como não admitia que o fizessem relativamente à sua bancada. Lamentou que, há vinte minutos, todos estivessem defensores da igualdade, do respeito e da diversidade, mas, agora aquilo que o PSD tinha para fazer era impor-se e fazer birra. Isto não ficava bem a ninguém, principalmente quando a proposta em apreço, ao que sabia, havia sido aprovada por unanimidade na reunião da Comissão Permanente. O Presidente da Mesa e desta Comissão, em sintonia com o seu compromisso, no mandato anterior, propusera que fosse criada uma comissão para a transmissão das assembleias municipais e também havia sido retirada, por unanimidade, a proposta inicial do Presidente, pelo que havia alguma confusão. Era extremamente injusto para com a Presidente da Câmara Municipal, que estava na sua primeira sessão do Plenário, acusá-la de que vinha fazer campanha e ia demorar muito tempo e não ia dizer o que queriam ouvir, quando a Edil teria demorado cinco ou dez minutos e fora muito incisiva nas respostas a todas as questões que lhe tinham sido colocadas. ----------

-----No ponto 4.3., a proposta do Grupo Parlamentar do PSD no sentido da participação da Presidente da Junta de Freguesia de Cabanelas, Anabela dos Santos Rei, no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo como membro suplente José Manuel Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Moure, foi aprovada, tal como a ratificação da respetiva inscrição, por unanimidade. ----------

-----No ponto 4.4., foram a votação a lista A, respeitante ao PSD, e a lista B, do PS. A lista do PSD era integrada pelos seguintes membros: Carlos António Andrade Arantes; Susana Sofia Pereira da Silva; Manuel Dias Barros; Mara Alexandra da Cunha Silva Alves; sendo suplentes Nuno Emanuel Pimentel Queirós; Carlos Pedro Sousa Moreira Castro; António Alberto Rodrigues e Hugo Filipe Lopes. A lista B era integrada por Aires Francisco Macedo Fumega; Filipe José Araújo da Silva; Patrícia Daniela Pereira Gonçalves e Pedro Manuel Macedo Araújo, sendo suplentes Maria da Conceção Alves, Emanuel Antunes Macedo, Filipe Oliveira Marques e Joaquim Oliveira. A lista A teve vinte votos, a lista B onze votos e verificaram-se ainda três votos em branco. A distribuição de mandatos, por aplicação do método de representação proporcional – Hondt – foi a seguinte: Lista A (PSD) três representantes - Carlos António Andrade Arantes; Susana Sofia Pereira da Silva; Manuel Dias Barros; lista B (PS) um representante – Aires Francisco de Macedo Fumega. Foram ainda eleitas suplentes Mara Alexandra da Cunha Silva Alves, Nuno Emanuel Pimentel Queirós; Carlos Pedro Sousa Moreira Castro, pelo PSD, e Filipe José Araújo da Silva, pelo PS. ----------

-----No ponto 4.5, foi eleito o único candidato - lista A -, o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado, José Albano Viana Bastos, com cinquenta e um votos a favor, dez votos brancos e cinco votos nulos. ----------

-----No ponto 5.1. - discussão e votação da proposta do Orçamento e GOP`S para o ano 2022/2026, e demais documentos que a integram, para efeitos do disposto nas alíneas a), m) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -, a Presidente da Câmara Municipal referiu que o documento em apreço era enquadrador da ação municipal, as opções estratégicas que perspetivavam para o desenvolvimento do concelho nos próximos cinco anos, sendo, no entanto, um plano dinâmico. Tinham prevista uma série de investimentos na quase totalidade das freguesias e uniões de freguesias, o que se prendia com o propósito de colocar em aberto, em sede de plano, rubricas que, ainda que, em alguns casos, com verbas reduzidas, permitiam que os investimentos se viessem a efetuar. Estavam, assim, previstos os investimentos e iam estar totalmente alerta para possibilidades de financiamento que surgissem. O documento ia também responder aos desafios da recuperação económica, ao cabo de dois anos de uma pandemia que provocou redução no rendimento das pessoas, causou problemas sociais e exigiu todo um reforço a esse nível. A perspetiva social de apoio ao munícipe, às crianças e aos idosos estava muito presente neste documento, o qual estava igualmente orientado para princípios de equilíbrio e de sustentabilidade orçamental, com a ambição de fazer de Vila Verde um território cada vez mais atrativo para as famílias e para as empresas. Os pilares social e económico eram os mais importantes, porquanto sem emprego não havia rendimento e as famílias passavam por dificuldades. Nas funções sociais estavam previstos investimentos em mais e melhores equipamentos, uma vez que também assim conseguiam atrair mais empresas para o território. Relevou uma política fiscal responsável, amiga das pessoas e das empresas, patente na taxa mínima de IMI, na isenção de taxas urbanísticas para a construção de habitações para famílias carenciadas e jovens até aos quarenta anos de idade, nas isenções para empreendimentos turísticos, agropecuários, florestais; nas tarifas sociais, em matéria de abastecimento de água e saneamento, para as famílias com menores rendimentos; benefícios fiscais para as empresas em sede de IMT e de Derrama. No capítulo da educação e dos apoios sociais às crianças era elencado um conjunto de prioridades, sendo que este setor era fundamental e justificava um investimento superior a três milhões de euros. A aposta na rede viária, mediante o investimento na requalificação das vias municipais, era igualmente determinante para atrair pessoas e empresas para o território. Frisou igualmente o investimento nas ciclovias, nas vias pedonais e nos trilhos; o saneamento básico e o abastecimento público de água. Um grande objetivo para os próximos quatro anos era que a questão da água ficasse resolvida, o que exigia um grande investimento. Havia ainda uma série de estruturas que eram das freguesias e estevam a trabalhas com as mesmas no sentido de renovar as condutas e proporcionar o fornecimento de uma água de qualidade. Era ainda necessário reforçar a ETA para conseguir uma maior captação de água. Estes dois últimos setores totalizavam cerca de quatro milhões de euros de investimento. Outras áreas eram o ambiente e qualidade de vida, a valorização dos recursos naturais e paisagísticos, nomeadamente das zonas ribeirinhas; a requalificação nas zonas urbanas, a cultura, o desporto e as instituições e associações sempre muito importantes. As Juntas de Freguesia iam continuar a ser parceiros incontornáveis do desenvolvimento, com a transferência de cerca de um milhão e trezentos mil euros e a celebração de protocolos que permitiam respostas mais céleres, eficazes e próximas da população. Estavam prontos para assumir novas competências

em matéria de educação, de ação social e de saúde, preparando o Orçamento para a assunção das mesmas e que estavam previstas para dois mil e vinte e dois. Este era um acréscimo de responsabilidades, mas também sabiam que estavam à altura das mesmas. Era ainda de considerar a aposta na modernização administrativa, no âmbito dos espaços do cidadão e das lojas do munícipe, estando cada vez mais próximos dos munícipes e prestando serviços relevantes à população. Era igualmente importante o facto de o orçamento estar preparado para aproveitar os fundos comunitários, tanto os fundos do PRR como os do novo quadro comunitário, o Portugal 20-30, sabendo já quais eram os eixos prioritários, designadamente alterações climáticas, transição digital, ciclo urbano da água e eficiência energética. Este documento visava concretizar o compromisso assumido com a população, sendo o melhor caminho para o desenvolvimento do território, revelando-se ambicioso, mas exequível, em ordem à construção de um concelho moderno, competitivo, solidário e inclusivo. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do BE, considerou que, depois da intervenção da Presidente da Câmara Municipal, havia algo que a todos devia inquietar, sobretudo às gerações mais jovens, que estavam pouco representadas no Plenário, porquanto não tinham ouvido falar de transição energética tão a fundo como deveriam, não tinham ouvido falar das alterações climáticas nem da descarbonização com a profundidade que era merecida. Concordou que permitir aos munícipes o usufruto de espaços verdes eram ótimo, ao mesmo tempo que potenciava o turismo e a economia local, mas preocupava-o as respostas que os serviços públicos tinham que dar, principalmente em termos de mobilidade, no sentido da passagem para a sustentabilidade necessária para que o legado aos filhos lhes proporcionasse as condições ambientais ainda existentes em Vila Verde, território onde as alterações climáticas ainda não se faziam sentir de forma tão agreste, sem prejuízo de considerar que, embora este objetivo estivesse presente no Orçamento, o mesmo estava longe de ter o enfoque que o Bloco de Esquerda preconizava. ----------

-----José Luís Moreira, do Chega, interveio para referir que ouvira todas as intervenções com atenção e que, no início parecia que todos pugnavam no sentido de que houvesse total concórdia e tudo fosse um mar de rosas, mas, vinte minutos volvidos, já não era bem assim. Era bonito que as pessoas, independentemente da sua ideologia política e das suas ideias, se unissem por uma só causa, que era a causa de Vila Verde. Sustentou que se afigurava normal que muitas situações levassem a que as pessoas puxassem a brasa à sua sardinha, tal como sucedia não apenas na política, mas também nas empresas e mesmo no seio das famílias. Tinham quatro anos para discutir os valores, as propostas e todas as situações que surgissem. O facto de o Chega ter votado contra o Orçamento não significava que no mesmo não estivessem propostas viáveis, que fizessem com que Vila Verde progredisse e proporcionasse mais qualidade de vida às pessoas. Achavam, no entanto, que o Orçamento não servia verdadeiramente os interesses da população, sobretudo das freguesias mais isoladas. A Presidente da Câmara dissera, e bem, que o Orçamento estava distribuído por todas ou quase todas as freguesias, mas havia zonas mais carenciadas do concelho que iam continuar da mesma forma. Há mais de vinte anos que o PSD geria esta Câmara e prometia, sucessivamente, muitas coisas, mas verificavam que os resultados eram quase sempre os mesmos, ou seja, permanecia quase tudo igual. Admitiu que haviam sido feitas coisas boas, mas não existia, por exemplo, uma verdadeira aposta nas vias de comunicação. Sabiam que não

era da competência exclusiva da Câmara, mas, mais de vinte anos para tratar de situações como as variantes, era exagerado. Se houvesse maior insistência e até uma manifestação pública, talvez tivesse convencido os Governos ou a Infraestruturas e funcionasse melhor do que andar apenas de volta dos gabinetes. Faltava um polo industrial na zona Norte do concelho, uma promessa com bastantes anos que ainda não estava realizada. Turisticamente, o concelho estava quase reduzido aos Lenços, mas era uma terra que tinha potencial para muito mais e quase nada havia sido feito. Aludiu à evolução turística exponencial de Ponte de Lima. O concelho devia ainda ser mais ambicioso em outros pontos, nomeadamente a criação de condições para a fixação dos jovens, sob pena de, num futuro próximo, terem um concelho completamente envelhecido, sendo que, cada vez mais, os jovens fugiam de Vila Verde. Retomou o assunto inicial para referir que, no início, quando ouvia as intervenções, lhe ocorria a palavra utopia, mas, se as pessoas responsáveis deixassem de olhar para o seu umbigo – o partido -, talvez se conseguisse realizar um bom trabalho nos próximos quatro anos. --
-----Aires Fumega, do PS, depois de dar as boas-vidas aos novos membros e de desejar um bom mandato a todos, nomeadamente à Dra. Júlia Fernandes, conveio que o Orçamento consubstanciava um conjunto de intenções e apenas saberiam se as mesmas eram más ou boas aquando da apresentação de contas. Tratava-se de um documento técnico que havia sido previamente aprovado em reunião de Câmara. Depois de aqui aprovado, voltaria a viajar pelas reuniões de Câmara e, como era apanágio desta casa, iriam sofrer inúmeras alterações em dois mil e vinte e dois, as quais deixavam de ser votadas no Plenário, para apenas colherem os votos da vereação. Aí é que morava o problema. O documento aqui votado, sendo bom ou mau, não era o mesmo que chegaria no final do próximo ano. No sentido de responder à questão da utilidade da votação no Plenário aludiu à anedota em que, questionado sobre a utilidade dos horários do autocarro, uma vez que o mesmo vinha sempre atrasado, o motorista respondera que os mesmos serviam para o passageiro saber qual era o atraso do autocarro. Comparando com os valores neste dia aprovados, em abril de dois mil e vinte e três, iam poder aferir quais os desvios do Orçamento. Na última Prestação de Contas, alguém do PSD defendera que as mesmas não podiam ser chumbadas, pois batiam certo. No fundo, o deve e o haver estavam certos. Para quem tinha conhecimentos de contabilidade, sabia que qualquer balanço era uma equação em que dois mais dois eram quatro, mas três mais um e quatro mais zero também eram quatro, ou seja, se se alterassem os termos, a equação apresentava-se sempre certa. No Orçamento, essa alteração dos termos, normalmente, tinha consequências muito nefastas e desvirtuava o que havia sido ou ia ser aprovado em sede de Assembleia Municipal. Exemplos de rúbricas saqueadas nos últimos anos tinham sido as da habitação social e do combate aos incêndios, pelo que de pouco valiam as aprovações pomposas, Rúbricas que hoje eram apresentadas como bandeiras seriam, inevitavelmente, vítimas de saque. Muitas até apresentavam valores reforçados para que pudessem ter muito mais para ceder a outras rúbricas. Uma parte muito substancial deste Orçamento ia servir para custear processos judiciais, os quais, além de colocarem o nome de Vila Verde na lama, acabavam também por onerar muito os cofres do Município. Era, por isso, desejável que se rompesse com a atuação que se tinha tido até aqui, tendo maior rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos, trocando os fatos por medida por outros mais do tipo pronto a vestir. Os pagamentos de empréstimos e os juros que daí advinham também deviam ser objeto de reflexão. O

antigo Presidente de Câmara já avisara que deixaram um plafond para endividamento, mas não eram obrigados a usá-lo, pois apenas estariam a transportar erros para o futuro, os mesmos que estavam a pagar pelas más decisões do passado. O Grupo Municipal socialista ia abster-se nesta votação, sendo de bom tom, apesar do passado, darem o benefício da dúvida. Tinham novos intervenientes na gestão o Município, uma nova Presidente da Câmara e novos vereadores, esperando que, para o bem do Município e dos Vilaverdenses, a mudança fosse francamente positiva. ----------

-----Susana Silva, do PSD, considerou que estes documentos eram estruturais para o desenvolvimento estratégico e concertado do concelho. A estratégia do Município centrava-se na promoção da atratividade do concelho, pensava nas pessoas e nas suas necessidades reais. Era um documento dinâmico e os números falavam por si, demonstrando a coragem do Executivo para criar oportunidades de crescimento. Esta proposta espelhava as opções estratégicas do Município, consubstanciando um documento rigoroso e de contenção, mas, ao mesmo tempo, capaz de responder aos desafios e às necessidades do concelho. A componente receita ascendia a mais de vinte e nove milhões de euros de receitas correntes e acima de onze milhões de receitas de capital. As despesas correntes ultrapassavam os vinte e três milhões de euros e as despesas de capital cifravam-se em mais de dezassete milhões de euros, traduzindo um reforço muito significativo no investimento na componente global da despesa. Susana Silva referiu que ia salientar cinco dimensões que demonstravam que se tratava de um plano integrado numa estratégia macro que privilegiava e pensava nas pessoas e no seu futuro para os próximos cinco anos. Relevou a importância central das pessoas, mantendo-se a centralidade na educação e na ação social com uma despesa prevista superior a três milhões de euros. A capacitação das pessoas para os desafios atuais e futuros, e o investimento na ação social, apostando na dignidade humana, no bem-estar pessoal e na plena integração de todos. Destacou a descentralização de competências, o tão desejado ensino superior no concelho, a Escola Superior de Gastronomia, a atualização da Carta Educativa, o orçamento participativo, as bolsas de estudo, o apoio a instituições de ensino de referência, como a EPATV e a Academia de Música, e os transportes gratuitos. Realçou o apoio à habitação, a criação do Plano Local de Habitação, a criação do gabinete para a infância e família, o balcão da inclusão, a manutenção e alargamento de benefícios fiscais e isenção de taxas. No que se refere aos serviços coletivos do ordenamento do território, salientou o investimento superior a um milhão e oitocentos mil euros no saneamento básico e o investimento superior a dois milhões e cem mil euros no abastecimento público de água que ia permitir o alargamento da rede, o reforço da captação, tratamento e distribuição de água, a edificação de infraestruturas, mas também a sensibilização para o uso adequado da água da rede pública. Registou com agrado o investimento na conservação do meio ambiente e da natureza com a contínua limpeza e vigilância da floresta, limpeza e requalificação das praias fluviais e os esforços em ordem à atribuição de bandeira azul e aposta na eficiência energética da iluminação pública. No que concernia à saúde, Susana Silva elencou a requalificação e ampliação dos espaços de saúde, a manutenção da cooperação com as entidades no combate aos problemas provocados pela Covid-19 e das parcerias para programas, como "medivida" aquisição de medicamentos; "dentivida" acesso a tratamentos dentários, "saúde oral para todos"; "Irisvida" consultas de optometria e aquisição de óculos; "Health.Mente" para disgnóstico e apoio a pessoas

com patologias mentais ou demências. No capítulo da melhoria das infraestruturas rodoviárias destacou a manutenção e requalificação das vias municipais, a melhoria dos acessos para pessoas com mobilidade reduzida e na sinalização e segurança, assim como a construção da variante de ligação do Parque Industrial de Oleiros à Vila de Prado, a criação do Eixo Norte-Sul, a ampliação da rede de ciclovias e de circuitos pedonais, o passe social, o reforço e melhoria dos circuitos de transportes públicos e todos os esforços no sentido da construção da variante à EN101. A política fiscal do Município continuava a ser amiga das famílias, das empresas e das instituições, consubstanciando-se em medidas como o IMI ao nível mais baixo; a isenção de taxas urbanísticas para as famílias carenciadas, para jovens até aos quarenta anos de idade e para empreendimentos turísticos, agropecuários, florestais e industriais; a isenção de derrama para pequenas e novas empresas que se instalassem no Município e criassem emprego. Ainda nas funções económicas, registou a elaboração do Plano Diretor Agrícola, a implementação do projeto do cadastro simplificado da propriedade rústica, o apoio à criação de novas áreas de implantação empresarial - podendo aqui encaixar-se a zona industrial da Ribeira do Neiva -, a criação do balcão "Espaço Empresa" para apoio ao investimento empresarial, o alargamento das redes 5G e o reforço da fibra ótica, internet e rede móvel em todo o concelho e a criação de uma rede de museus. No âmbito do turismo, a dinamização da Lota Interativa, a dinamização de atividades e eventos, a gastronomia, a Festa das Colheiras, a promoção dos Lenços de Namorados e a isenção de taxas. Mais relevou duas dimensões transversais a toda a proposta. Por um lado, o sentido de oportunidade, criatividade, iniciativa, empreendedorismo, competitividade e inovação aliadas ao melhor aproveitamento dos Fundos Comunitários e do Plano de Recuperação e Resiliência. Por outro, o reconhecimento da importância e a continuidade do estabelecimento de parcerias e protocolos com as diversas entidades: Juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, IPSS. Uma estratégia de proximidade com as populações, mas também o reconhecimento de que, em conjunto, faziam mais e melhor. Frisou ainda que acreditavam nas pessoas, no trabalho para as pessoas e que, com as estratégias apresentadas e com uma política de proximidade aos e para os Vilaverdenses, tornariam o futuro de todas as pessoas melhor. Pelo exposto, as GOP, o Orçamento e os demais documentos iam ter o voto favorável da bancada do PSD. -----Manuel Barros, do PSD, sustentou que a exaustiva intervenção de Susana Silva vinha comprovar a apresentação trazida pela Presidente da Câmara, segundo a qual o documento era enquadrador e dinâmico, contemplando investimento estruturante que era uma grande aposta estratégica no desenvolvimento do concelho. Assentava em desafios de recuperação da economia, tendo em conta o período de crise que se estava a atravessar, decorrente da pandemia, por um lado; outros que eram estruturantes e não eram da responsabilidade local. Focou a questão do apoio e da dinâmica social, a sustentabilidade; os dois pilares estruturantes do Plano: os pilares social e económico. Estes pilares assentavam, por um lado, em mais proximidade, por outro, em mais qualidade de vida, para contribuir para a atração e fixação de pessoas e de empresas. Nenhum grande país ou projeto que tivesse à vista os seus resultados deixara de ter o seu quê de utopia. Quem não tinha utopia não conseguia atingir o futuro. Quando se falava em desenvolvimento económico, falava-se na questão do turismo. Confundia-se o Namorar Portugal como uma imagem de marca da qual Vila Verde tinha sido pioneiro e era a grande marca do forte turismo do concelho, quer ao nível gastronómico quer em

matéria de alojamento. Era desrespeito para com os empresários que atuavam neste momento, no terreno, dizer que o turismo se reduzia aos lenços de namorados; era uma injustiça em relação a todos esses homens e mulheres que trabalhavam incessantemente nas suas empresas com grande sucesso. Mais referiu que tinha vindo a acompanhar a atividade da Câmara Municipal, por via da atuação dos vereadores e da Presidente da Edilidade, tenho destacado o Plano Diretor Agrícola. Não podiam esquecer que Portugal também era um país agrícola, nem cair no erro que, a certa altura havia sido cometido, de considerar que a agricultura não era uma aposta estratégica. A Presidente da Câmara, com o Plano Diretor Agrícola enquanto instrumento de apoio aos agricultores, empresários agrícolas e investidores, assim como a questão do ordenamento do território que lhe estava subjacente e a identificação das potencialidades das áreas de produção agrícola do concelho, fazia uma boa aposta. Era necessário atualizar estas área. Gostara imenso da intervenção da mesma Edil inauguração da estação elevatória. Reportou-se à rede de água para os regadios nos territórios agrícolas de Cervães, Cabanelas, Prado e Soutelo; ao investimento estratégico para a modernização e desenvolvimento da atividade agrícola do concelho. Considerou que a agricultura era um setor estratégico por onde ia passar o futuro do desenvolvimento do concelho. -------

-----O ponto 5.1. foi aprovado por maioria, com cinquenta e três votos a favor, quatro votos contra e nove abstenções. ----------

-----Paulo Gomes, em declaração de voto, referiu que tinha votado favoravelmente, neste ponto, porquanto conforme dissera a Presidente de Câmara, era um documento previsional, dinâmico, não havendo documentos desta natureza perfeitos, mas ali estaria para aferir aquilo que não fora feito. Aludiu ao incumprimento de uma premissa da Lei 24/98, de vinte e seis de maio, e recomendou que, no futuro, a situação fosse corrigida, concretamente o artigo quinto, atinente ao direito de consulta prévia aos partidos sem assento no Executivo Municipal. Parabenizou a mesma Edil pela forma incisiva e concisa como havia apresentado o documento, esclarecendo questões em relação às quais ele próprio carecia de clarificação. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do BE, esclareceu que a sua abstenção pressupunha o cumprimento das ações de caráter social e nos cuidados que a população merecia, nomeadamente em termos de habitação e educação, com o apoio a quem necessitava.

-----No ponto 5.2., a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que estavam a propor um contrato interadministrativo para passar competências para as freguesias, prevendo trazer, a breve trecho, a mesma situação para a União de Freguesias da Ribeira do Neiva. ----------

-----O Ponto 5.2. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 5.3., Emanuel Machado, do PS, sustentou que a sua bancada tinha vindo a defender a aplicação da taxa mínima de IMI, em simetria com a orientação nacional do partido, fazendo jus aos municípios que haviam implantado esta medida de há meia década a esta parte. Assim, congratulavam-se com a opção do Município de Vila Verde, mas esta medida devia ter continuidade, pois este tipo de política não se podia esgotar em si próprio. Acreditavam que era possível fazer mais, que era possível distribuir proporcionalmente as receitas deste imposto pelas freguesias do concelho, permitindo-lhes outro financiamento para as múltiplas despesas, favorecendo a administração de competências legadas nos últimos tempos às autarquias locais. A bancada do PS ia votar este ponto favoravelmente. ----------

-----António Barbosa, do PSD, sublinhou a preocupação do Município em concorrer para que as famílias tivessem um encargo cada vez menor com este imposto sobre o património, ajuda social que a Edilidade de Vila Verde tinha vindo a implementar de há uns anos a esta parte. Além da aplicação da taxa mínima que a Lei permite às famílias, a Edilidade havia-se igualmente preocupado com as empresas, pois estava prevista no regulamento dos benefícios fiscais alguma redução para a mesmas, desde que preenchessem determinados critérios. O artigo onze do regulamento dava cinco ou três anos de isenção de IMI às empresas, desde que as mesmas cumprissem alguns requisitos, designadamente os postos de trabalho (empresas que se viessem a implantar e criassem três postos de trabalho com contratos a termo ou empresas já implantadas que criassem cinco postos de trabalho com contratos a termo). Assim, emergia a preocupação do Município de incentivar as empresas a constituírem a sua sede no concelho de Vila Verde, criando emprego e concorrendo para que as famílias tivessem meios para cumprir honrosamente os seus compromissos, aqui se fixassem e tivesse uma cada vez melhor qualidade de vida. Era par lutar para que tal acontecesse que todos aqui estavam e era importante que, nas próximas eleições, as pessoas reconhecessem que os membros do Plenário tinham cumprido responsavelmente a sua missão. Pelo exposto, a bancada do PSD ia votar este ponto favoravelmente. ----------

-----O ponto 5.3 foi aprovado por unanimidade. ----------

-----O ponto 5.4. – discutir e votar proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2022 – foi aprovado por maioria, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

-----O ponto 5.5. – discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama para o ano de 2022 -, foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 5.6. - discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 12 de julho de 2016, entre a Comunidade Intermunicipal do Cávado e o Município de Vila Verde, relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal do Cávado das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes -, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o teor do mesmo decorria de um pedido do Tribunal de Contas, estando esta questão com a CIM do Cávado e, no âmbito da concessão que estava a ser efetuada para o concurso público da rede de transportes, neste ponto, necessitavam que se acrescentasse a autorização para a despesa e compromissos plurianuais associadas ao processo de concurso da concessão. Esta era uma solicitação do Tribunal de Contas e todas as assembleias municipais dos municípios que haviam aderido, nomeadamente Amares, Terras de Bouro e Esposende, estavam a proceder de igual forma. O Presidente da Mesa considerou que se estava perante uma proposta de alteração à ordem de trabalhos, no sentido da criação de um novo ponto, o qual passou a ser o ponto 5.7., com o seguinte teor: Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal, a submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos do artigo 22, do decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais associados à celebração, pelo Município, de aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Comunidade Intermunicipal do Cávado, relativo ao

financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal do Cávado das competências nela delegadas pelo Município enquanto autoridade de transportes, com repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2022 a 2027 nos termos previstos no anexo III da proposta. Desta forma, os pontos seguintes sofreram alteração, passando, cada um, a ter uma nova e subsequente numeração. No termos do artigo 25 do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa colocou à apreciação do Plenário o previsto no número três do mesmo, tendo a inclusão deste ponto e a consequente alteração da ordem de trabalhos sido aprovados por maioria, com sessenta e quatro votos a favor, zero votos contra e duas abstenções. -------

-----O ponto 5.6 foi aprovado por maioria, com sessenta e cinco votos aa favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------

-----O novo ponto – 5.7. – foi aprovado por maioria, com cinquenta e sete votos a favor, zero votos contra e nove abstenções. ----------

-----Ricardo Cerqueira, em declaração de voto, aludiu às insuficiências da ação da CIM, sustentando a necessidade de um modelo de transportes que aumentasse para um aumento da oferta pública, a nível municipal, intermunicipal e regional. A crise climática exigia que se desse prioridade à mobilidade sustentável e os decisores políticos necessitavam, urgentemente, adotar uma postura que prevenisse as alterações climáticas, reclamando a cooperação interconcelhia e regional, cumprindo a legislação e a constituição da república portuguesa. ----------

-----O ponto 5.8. - discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal relativa ao procedimento por consulta prévia de nomeação da prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas (ROC), à empresa "António Fernandes, Marta Martins & Associados, Lda.", nos termos dos artigos 76.º, n.º 3, e 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - foi aprovado por maioria, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------

-----No ponto 5.9. a) Eleição de cinco novos membros (Presidentes de Junta) que integrarão a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) até à sua extinção que ocorrerá em 31 de dezembro P.F.; b) Eleição de dois representantes das freguesias para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR), conforme o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro – o Presidente da Mesa referiu que as eleições iriam decorrer de forma individual, ponto por ponto, portanto, com boletins de voto diferentes. Assim, para a primeira destas eleições (alínea a)) os candidatos do PSD foram Fernando Silva, José Manuel Lopes, Jorge Oliveira, Manuel Rodrigues e Narciso Gama (lista única). Relativamente à alínea b), os candidatos foram Fernando Silva e Jorge Oliveira. Na alínea a), os resultados da votação na lista única foram quarenta e quatro votos a favor, doze votos brancos e cinco votos nulos. Na alínea b), os resultados da votação na lista única foram quarenta e seis votos a favor, doze votos brancos e três votos nulos. Assim, foram eleitos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Sabariz, Fernando da Ressureição Simões Antunes Silva; Moure, José Manuel Pinheiro Lopes; Dossãos, Jorge Manuel Rodrigues de Oliveira; União de Freguesias de Marrancos e Arcozelo, Manuel Alves Rodrigues; Freiriz, Narciso José Teixeira Gama, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, foram eleitos os

Presidentes de Junta das freguesias de Sabariz, Fernando da Ressureição Simões Antunes Silva, e Dossãos, Jorge Manuel Rodrigues de Oliveira. ----------

-----No ponto 5.10 - facultar ao Plenário, para conhecimento e apreciação, a informação económica e financeira referente ao 1.º semestre do ano 2021, prestados pelo Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro -, não se verificou qualquer pedido de inscrição. ----------

-----No ponto 6. - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira, não se verificou qualquer pedido de inscrição. ----------

-----No ponto 7. - período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Escariz S. Mamede e Escariz S. Martinho, Adelino Machado, reportando-se à questão das acessibilidades e concretamente ao problema da segurança das mesmas para os seus utentes, referiu que também na Estrada Municipal 540, no trajeto entre Escariz e a Vila de Prado, se impunha criar condições para que a circulação tivesse lugar com a necessária segurança. Considerou que esta via era muito utilizada, sobretudo por quem vinha do Norte do concelho para o Parque Industrial de Oleiros e como alternativa ao intenso tráfego na Estrada Nacional 201. Assim, urgia obviar ao problema do desnivelamento das tampas de saneamento e da rede de abastecimento público de água, assim como atender a determinados pontos críticos ou negros que reclamavam a colocação de rails de protecção, principalmente em zonas em que existiam determinados precipícios. Mais aludiu à necessidade de investimento na melhoria da sinalização horizontal e vertical na EM 540. Solicitou, pois, à Presidente da Câmara que estas situações fossem tidas na devida conta, reforçando, desta forma, o ofício que já havia dirigido à Edilidade, sobre este mesmo assunto. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, Hélder Forte, interveio para discordar da afirmação de que o turismo, em Vila Verde, se resumia aos lenços de namorados. Na ótica deste Edil, o concelho de Vila Verde apresentava várias outras significativas potencialidades turísticas, mormente condições hoteleiras, como o Hotel de Gondariz, já premiado a nível europeu, e lugares atrativos, não só em Cervães como em outros pontos do concelho, nomeadamente a praia fluvial do Faial, na Vila de Prado, e o Oural, onde foi colocado o conhecido baloiço, por exemplo. Reportando-se à alteração do Plano Diretor Municipal, no sentido da implementação da obrigação legal de proceder à redução de áreas de construção, referiu que a densidade populacional de Cervães era inferior a trezentos habitantes por quilómetro quadrado, bastante inferior à das freguesias vizinhas, pelo que solicitava que fossem feitas todas as diligências possíveis, e sabia que a Dra. Júlia Fernandes estava sensibilizada para a questão, em ordem a que Cervães não visse diminuída a sua área de construção.

-----No ponto 8. - período de intervenção aberto ao público- registou-se a intervenção do Sr. Carlos Correia. ----------

-----A minuta da ata da reunião de dez de dezembro de dois mil e vinte e um foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e seis, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois. ----------

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário